

ATA N.º 27/2014

----- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.-----

----- Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Espinho e no salão nobre da Câmara Municipal, reuniu-se em reunião ordinária a mesma Câmara sob a Presidência do Senhor Presidente, Joaquim José Pinto Moreira, com a presença dos Senhores Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto, Leonor Cristina Costa Matos Lêdo da Fonseca, Quirino Manuel Mesquita de Jesus, José Barbosa Mota, Carlos Augusto Ferreira de Melo Sarria e Luís Miguel Pereira Bernardes dos Santos Neto. Sendo 12.00 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, secretariada pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira. -----

----- Presente a ordem de trabalhos, foram tomadas as seguintes deliberações sobre os assuntos dela constantes: -----

----- **Deliberação N.º 367/2014: Pedido de parecer prévio para aquisição de serviços na Bolsa de Turismo de Lisboa / FIL, para stand de promoção do evento "Campeonato do Mundo de Beach Soccer da FIFA Portugal 2015":**

Presente a informação n.º 10022/2014 do Departamento de Gestão de Recursos e Dinâmicas Municipais sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos vereadores do PS, aprovar o parecer prévio vinculativo para prestação de serviços na Bolsa de Turismo de Lisboa, para stand de promoção do evento "Campeonato do Mundo de Beach Soccer da FIFA Portugal 2015", por ajuste direto à AIP – Feiras Congressos e Eventos, Associação Empresarial, com o NIF 503657891, pelo valor total de 1.335,68€ com Iva incluído à taxa de 23%, sendo necessário pagamento imediato de 25% desse valor (333,92€) sendo o restante pago até 23/01/2015. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os vereadores do PS votaram contra o pedido de parecer prévio para aquisição de serviços na Bolsa de Turismo de Lisboa/FIL, para stand de promoção do evento "Campeonato do Mundo de Beach Soccer da FIFA Portugal 2015", uma vez que o nível de transparência deste processo é nulo e

continuamos completamente às escuras relativamente ao caderno de encargos exigido pela entidade organizadora, que julgamos ser a FIFA." -----

----- **Deliberação Nº 368/2014: Pedido de Parecer Prévio para o “Programa de Práticas Sustentáveis para a Pesca e Esculturas Frente Mar”:** Presente a informação nº 10110/2014 da Divisão de Obras Municipais sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, aprovar o parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços para o “PROGRAMA DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA A PESCA E ESCULTURAS FRENTE MAR”, por ajuste direto à empresa ADCE – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE ESPINHO, com o NIF 503651907, pelo valor base de 30.000,00€ (trinta mil euros) acrescidos de Iva à taxa legal em vigor e nos termos do previsto na alínea c) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), alterado pela Lei N.º 75-A/2014 de 30 de setembro. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PS votaram contra o Programa de práticas sustentáveis para a pesca e esculturas frente mar e da oficina de apoio à pesca por terem a convicção que a entidade escolhida não é mais apropriada para executar a tarefa e este ajuste direto se assemelhar a um subsídio com outra finalidade.” -----

----- **Deliberação Nº 369/2014: Pedido de Parecer Prévio para “Oficina de Apoio à Pesca”:** Presente a informação nº 10114/2014 da Divisão de Obras Municipais sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos vereadores do PS, aprovar o parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços para a “OFICINA DE APOIO À PESCA”, por ajuste direto à empresa ADCE – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE ESPINHO, com o NIF 503651907, pelo valor base de 15.000,00€ (quinze mil euros) acrescidos de Iva à taxa legal em vigor e nos termos do previsto na alínea c) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), alterado pela

Lei N.º 75-A/2014 de 30 de setembro. Os vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os vereadores do PS votaram contra o Programa de práticas sustentáveis para a pesca e esculturas frente mar e da oficina de apoio à pesca por terem a convicção que a entidade escolhida não é mais apropriada para executar a tarefa e este ajuste direto se assemelhar a um subsídio com outra finalidade." -----

----- **Deliberação N.º 370/2014: Procedimento de Hasta Pública para atribuição a título precário da exploração económica do espaço municipal destinado a cafetaria sito na Nave Polivalente de Espinho:** Presente a informação n.º 9904/2014 da Divisão de Desporto sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento apresentado para realização do Procedimento de Hasta Pública para atribuição a título precário, da Exploração Económica do Espaço Municipal de cafetaria sito na Nave Polivalente de Espinho e designar os Senhores Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto, Quirino Manuel Mesquita de Jesus e Carlos Augusto Ferreira de Melo Sárria para integrarem a Comissão que irá efetuar o procedimento de Hasta Pública com início às 11:00 horas do dia 20 de janeiro de 2015. -----

----- **Deliberação N.º 371/2014: Tabela de taxas para o ano 2015:** Presente a informação n.º 10050/2014 da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores do PS, aprovar a Tabela de Taxas, a qual entrará em vigor a partir do dia 01 de Janeiro de 2015. Os vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os vereadores do PS votaram contra as tabelas de taxas e preços para o ano de 2015 por terem a convicção que o argumento de aumento em 0,2% destas tabelas devido a inflação, não é mais que uma tentativa de maximizar a receita indevidamente e à custa do munícipe. Segundo o INE e o Eurostat, a inflação é nula para o ano corrente e a homologa é de -0,2%, ou seja, Portugal na inflação homologa está em deflação. Esta demonstração de aumento das taxas e preços vem demonstrar que este executivo ignora em toda a sua amplitude que é pelo lado da

despesa que se deve fazer a sustentabilidade financeira do município, sob pena de perdermos a pouca competitividade que ainda nos resta e que é diminuta."-----

----- **Deliberação Nº 372/2014: Tabela de preços para o ano 2015:** Presente a informação nº 10061/2014 da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos vereadores do PS, aprovar a tabela de preços, a qual entrará em vigor a partir do dia 01 de Janeiro de 2015. Os vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os vereadores do PS votaram contra as tabelas de taxas e preços para o ano de 2015 por terem a convicção que o argumento de aumento em 0,2% destas tabelas devido a inflação, não é mais que uma tentativa de maximizar a receita indevidamente e à custa do munícipe. Segundo o INE e o Eurostat, a inflação é nula para o ano corrente e a homologa é de -0,2%, ou seja, Portugal na inflação homologa está em deflação. Esta demonstração de aumento das taxas e preços vem demonstrar que este executivo ignora em toda a sua amplitude que é pelo lado da despesa que se deve fazer a sustentabilidade financeira do município, sob pena de perdermos a pouca competitividade que ainda nos resta e que é diminuta."-----

----- **Deliberação Nº 373/2014: Empreitada "Valorização Litoral - Passadiço e Ciclovia - Revisão de Preços:** Presente a informação nº 10119/2014 da Divisão de Obras Municipais sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos vereadores do PS, aprovar a revisão de preços. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto. "Os vereadores do Partido Socialista votaram contra a aprovação das revisões de preços por considerarem que as mesmas carecem de, no mínimo, uma nota justificativa do valor apresentado e, também, porque os respectivos mapas resumo deviam estar assinados pelos representantes do empreiteiro, fiscalização e dono da obra." -----

----- **Deliberação Nº 374/2014: Empreitada "Valorização Litoral - Praça do Mar" - Revisão de Preços:** Presente a informação nº 10120/2014 da Divisão de Obras Municipais sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma

referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos vereadores do PS aprovar a revisão de preços. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os vereadores do Partido Socialista votaram contra a aprovação das revisões de preços por considerarem que as mesmas carecem de, no mínimo, uma nota justificativa do valor apresentado e, também, porque os respetivos mapas resumo deviam estar assinados pelos representantes do empreiteiro, fiscalização e dono da obra." -----

----- **Deliberação Nº 375/2014: Aprovação da conta final - conceção e construção referente à empreitada valorização do litoral**: Presente a informação nº 10121/2014 da Divisão de Obras Municipais sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos vereadores do PS, aprovar a conta final, referente à empreitada "Conceção e Construção referente à empreitada de Valorização do Litoral". Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os vereadores do Partido Socialista votaram contra a aprovação das contas finais por considerarem que estas só deviam ser apresentadas quando fossem apurados todos os valores definitivos e, sempre, assinadas pelo dono de obra". Os eleitos pelo PSD apresentaram a seguinte declaração de voto: "A conta final de obra deve ser aprovada pelo órgão competente para autorizar a despesa, no presente caso, a Câmara Municipal. Só após a sua aprovação, é que o representante do dono da obra procederá a assinatura da respetiva conta final." -----

----- **Deliberação Nº 376/2014: Aprovação da Conta Final - Empreitada Valorização da Marginal Sul de Espinho e Construção da Praça do Mar**: Presente a informação nº 10122/2014 da Divisão de Obras Municipais sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos vereadores do PS, aprovar a conta final, referente à empreitada "Valorização da Marginal Sul de Espinho e Construção da Praça do Mar". Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os vereadores do Partido Socialista votaram contra a aprovação das contas finais por considerarem que estas só deviam ser apresentadas quando fossem apurados todos os valores definitivos e, sempre,

assinadas pelo dono de obra." Os eleitos pelo PSD apresentaram a seguinte declaração de voto: "A conta final de obra deve ser aprovada pelo órgão competente para autorizar a despesa, no presente caso, a Câmara Municipal. Só após a sua aprovação, é que o representante do dono da obra procederá a assinatura da respetiva conta final."-----

----- **Deliberação Nº 377/2014: Liberação total de caução - Execução de passeio em microbetão - Rua da Praia – Silvalde:** Presente a informação nº 9695/2014 da Divisão de Obras Municipais sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação total (708,89 €) dos valores retidos, associados à empreitada "Execução de Passeio em Microbetão – Rua da Praia Silvalde", adjudicada à empresa "Construtora da Huila – Irmão Neves, Lda. -

----- **Deliberação Nº 378/2014: Pedido de isenção de taxas por vistoria de salubridade:** Presente a informação nº 9789/2014 da Divisão de Obras Particulares e Licenciamentos sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o processo na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção da taxa devida pela vistoria de salubridade requerida por Albina Silva Paiva, no âmbito do processo OP-VSA 7/2014. -----

----- **Assuntos para conhecimento:** -----

----- **Resumo Diário da Tesouraria:** Presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 15 de Dezembro de 2014 que apresentava os seguintes saldos: DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS (inclui o saldo da gerência de 2013 no valor de sete mil quinhentos e quatro euros e trinta centimos): quinhentos e quarenta e três mil quinhentos e quarenta e nove euros e quarenta e quatro centimos. DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: novecentos e setenta e oito mil quatrocentos e trinta e nove euros e oitenta e cinco centimos. DOCUMENTOS: trinta e um mil trezentos e treze euros e noventa e quatro centimos. A Câmara foi ainda informada que, até ao dia 15 de dezembro do corrente ano foram cabimentadas despesas no valor de trinta e nove milhões e setecentos mil trezentos e noventa e sete euros e sessenta e nove centimos, e tendo sido efetuados pagamentos até ao mesmo dia no valor de vinte e

sete milhões trezentos e cinquenta e seis mil oitocentos e nove euros e sessenta e oito cêntimos.-----

----- **Versão revista e alterada pela Comissão Especial da Assembleia Municipal do “Regulamento de Habitação Social do Município de Espinho” no âmbito do respetivo processo regulamentar:** A Câmara tomou conhecimento da comunicação da Assembleia Municipal e documento em questão, conforme proposta revista, alterada e complementada pelo órgão deliberativo no seio de sua comissão especial para acompanhamento do processo de elaboração do “Regulamento de Habitação Social do Município de Espinho”. -----

----- **Banco Alimentar contra a Fome – Agradecimento:** O Banco Alimentar contra a Fome – Aveiro, agradece o transporte disponibilizado pela Câmara Municipal durante a campanha do Banco Alimentar que decorreu nos dias 29 e 30 de novembro. -----

----- **Liga dos Combatentes – Agradecimento:** A Liga dos Combatentes – Núcleo de Espinho agradece a disponibilidade da Câmara na limpeza e melhoramentos do monumento aos Combatentes da Grande Guerra situado em Espinho. -----

----- **Informação do Presidente da Câmara e da Vereação:** O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara de diversas diligências que efetuou no âmbito das competências que lhe estão confiadas. -----

----- **Reuniões de Câmara:** A Câmara deliberou, por unanimidade, adiar para o dia 12/01/2015 (segunda-feira), com início às 17.00 horas, a reunião de Câmara que deveria ter lugar no dia 05/01/2015.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, as deliberações tomadas na presente reunião, a fim de terem execução imediata, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, que a subscreveu. -----

O Presidente da Câmara Municipal _____

A Secretária da Câmara Municipal _____